

RELATÓRIO DE ANÁLISE E PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Câmara Municipal de Braga

**PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA
UNIDADE DE EXECUÇÃO 7 DO
PUSF**

DEZEMBRO 2024

Índice Geral

1. Introdução	3
2. Tramitação processual	3
3. Discussão Pública	4
3.1. Período de Discussão Pública e sua divulgação	4
3.2. Locais de consulta e documentos disponibilizados	5
3.3. Modo de participação	5
4. Análise e ponderação das participações	5
5. Conclusão	6

1. Introdução

O presente documento constitui o Relatório de análise e ponderação das participações recebidas em sede de Discussão Pública relativa à Delimitação da unidade de execução U.E.7 do PU das Sete Fontes em conformidade com o disposto no nº3 do artigo 89º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei nº80/2015 de 14 de maio na sua atual redação.

A câmara municipal pondera as reclamações, as observações, as sugestões e os pedidos de esclarecimento, apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada e comunicada por escrito perante aqueles que invoquem ao abrigo dos nº 3 e 4º do artigo 89 do RJIGT).

Findo o período de discussão pública, será divulgado os resultados após aprovação do presente relatório, designadamente, através da comunicação social, do respetivo sítio na Internet, e será elaborada a versão final da proposta de plano para aprovação.

São obrigatoriamente públicas, todas as reuniões da câmara municipal que respeitem à aprovação da delimitação da unidade de execução U.E.7 do PU das Sete Fontes.

2. Tramitação processual

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, por deliberação da Assembleia Municipal, na sua sessão de 29 de março de 2021, foi aprovado o Plano de Urbanização das Sete Fontes. (Diário da República n.º 187, Série II de 2021-09-24 - Aviso (extrato) 18100/2021, de 24 de setembro) engloba o Parque das Sete Fontes e a sua área envolvente. O perímetro da área abrangida pelo PUSF é assinalado na Planta de Zonamento. O PUSF estabelece, para esta área, o regime de uso do solo e orientações para a sua efetiva concretização.

O PUSF perspetiva para o local programa específico e no regulamento estabelece como orientação executória para esta U.E.7 a “delimitação de unidade de execução com adoção do sistema de cooperação”.

Tem por objetivo a presente Unidade de Execução (U.E.7) dar sequência ao Plano de Urbanização das Sete Fontes (PUSF) aprovado, em conformidade com o artigo 148º do Decreto-Lei nº80/2015 de 14 de maio na sua atual redação, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, é apresentado a delimitação da unidade de execução, que consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área a sujeitar a intervenção urbanística, acompanhada da identificação de todos os prédios

abrangidos que pressupõe a efetiva intenção da Câmara de fazer acontecer e, em consequência e se necessário, de substituir os proprietários que não queiram participar.

Ao abrigo do nº 2 do artigo 148º do RJIGT, a unidade de execução foi delimitada de modo a assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso, reforçando a salvaguarda e valorização do património classificado como monumento nacional designado de sistema de abastecimento de água da cidade de Braga (Decreto n.º 16/2011 de 25 de maio) assim como o reforço da sua função ecológica e ambiental e a manutenção e reforço da atual ocupação florestal, foi efetuado ainda a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos, integrando as áreas a afetar a espaços públicos e as infraestruturas previsto no plano territorial, correspondente à área abrangida por plano de urbanização das Sete Fontes ao abrigo do nº 3 do artigo 148º do RJIGT.

3. Discussão Pública

3.1. Período de Discussão Pública e sua divulgação

Ao abrigo do nº 1 artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a câmara municipal procedeu à abertura de um período de discussão pública, (Diário da República n.º 233, Série II de 2022-12-05 - Aviso 23121/2022, de 23 de Novembro), divulgado através da página da Internet da Câmara Municipal, designadamente "<https://www.cm-braga.pt/pt/0101/viver/urbanismo/planeamento-urbano/discussao-publica>" e <https://www.cm-braga.pt/pt/search/page/2?q=UNIDADE+DE+EXECUÇÃO>

A discussão publica corresponde ao procedimento de delimitação da Unidade de execução U. E. 7, que integra o Plano de Urbanização de Sete Fontes.

O período de discussão pública, com a duração superior a 20 dias úteis, decorreu de 21 de dezembro de 2022 a 20 de janeiro de 2023 e anunciado com antecedência mínima de 5 dias, a forma como os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, as eventuais sessões públicas a que haja lugar e os locais onde se encontra disponível a proposta, através do aviso n.º 23121/2022, conforme o estipulado no n.º 2 do artigo 89.º do RJIGT.

3.2. Locais de consulta e documentos disponibilizados

O processo referente à proposta da delimitação da Unidade de execução U. E. 7, que integra o Plano de Urbanização de Sete Fontes encontrou-se disponível para consulta dos interessados nos seguintes locais:

- Divisão de Planeamento, do Município de Braga, através do Balcão Único Municipal, localizada na Praça Conde de Agrolongo, 4704-514 Braga;
- Sítio da Internet da Câmara Municipal de Braga em www.cm-Braga.pt
“<https://www.cmbraga.pt/pt/0101/viver/urbanismo/planeamentourbano/discussaopublica>” e
“<https://www.cmbraga.pt/pt/search/page/2?q=UNIDADE+DE+EXECUÇÃO>”

Foram disponibilizados para consulta os seguintes documentos:

- Proposta da delimitação da Unidade de execução U. E. 7;
- Enquadramento;
- Deliberação;
- Anexos:
- Programa Urbanístico
- Avaliação do Solo
- Encargos urbanísticos e compensações

3.3. Modo de participação

Durante o período de discussão Pública os interessados puderam apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões por:

- Escrito, com entrada no Balcão Único da Câmara Municipal;
- Correio registado para a morada do município;
- Correio eletrónico: municipe@cm-braga.pt

4. Análise e ponderação das participações

No decorrer do período de discussão pública não foram apresentadas pelas particulares sugestões ou propostas de alteração á delimitação da unidade de execução U.E.7.

5. Conclusão

De acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 89.º do RJIGT findo o período de discussão pública, a Câmara Municipal pondera e divulga os resultados, designadamente através da comunicação social, da plataforma colaborativa da gestão territorial e do respetivo sítio na Internet e elabora a versão final da proposta da delimitação da unidade de execução U.E.7 do PU das Sete Fontes para aprovação.

Uma vez que as parcelas delimitadas são aplicáveis às áreas abrangidas pelas unidades de execução do PU das Sete Fontes, que por deliberação da Assembleia Municipal, na sua sessão de 29 de março de 2021, foi aprovado o Plano de Urbanização das Sete Fontes (Diário da República n.º 187/2021, Série II de 2021-09-24 - Aviso (extrato) 18100/2021, de 24 de setembro), isento de aprovação pela assembleia municipal, mediante proposta apresentada pela câmara municipal. (Artigo 90.º e nº 4 do Artigo 148º do RJIGT).

Pelo exposto, remete-se para aprovação em reunião de Câmara Municipal:

- a) Aprovar o Relatório de Análise e Ponderação dos resultados no Período de Discussão Pública, em anexo;
- b) Aprovação da proposta definitiva da delimitação da unidade de execução U.E.7 do PU das Sete Fontes;
- c) Divulgar a deliberação e Proposta no sítio da internet da Câmara Municipal, meios de comunicação social e jornal local;
- d) Dar a conhecer aos proprietários a deliberação tomada;
- e) Dar conhecimento do teor da deliberação à Assembleia Municipal de Braga;